



Texto recebido em 30/01/2025

Aprovado em 02/05/2025

doi 10.11606/0103-2070.ts.2025.233407

Pierre Bourdieu. *Retorno à reflexividade*. Edição e introdução de Jérôme Bourdieu e Johan Heilbron. São Paulo, Unesp, 2024.

Por Gabriel Peters

Universidade Federal de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0002-0595-2663>

O eterno retorno: Bourdieu e a reflexividade

Não foram poucas as ocasiões nas quais Pierre Bourdieu afirmou que sua principal contribuição às ciências sociais consistia em seu exercício da reflexividade sociológica. Longe de reclamar-la como uma tarefa somente sua, o autor francês sustentou que uma sociologia da sociologia, apta a elucidar suas próprias circunstâncias sócio-históricas de realização, não seria uma simples “subárea” de pesquisa para uns poucos sociólogos, mas um requisito epistêmico para todos, já que indispensável à conquista da genuína científicidade para essa disciplina intelectual. Distinta da simples autorreflexão de cunho intimista ou escolástico, tal “obje-tivação do sujeito da objetivação” proposta por Bourdieu pode ser lida como uma versão

historicizante e sociologizante da “crítica” em sentido kantiano, isto é, de um pensamento que trata dos seus próprios limites e condições de possibilidade. A despeito dos refinamentos e mudanças de ênfase pelas quais passou este intento reflexivo na sua obra, é certo que ele acompanhou toda a sua carreira sociológica: da “conversão” autodidata à ciência social no cenário turbulento de uma guerra anticolonial na Argélia dos anos de 1950 (Peters, 2017a), em que a atenção às condições práticas da pesquisa e à relação social entre pesquisadores e pesquisados era literalmente uma questão de vida ou morte, até *Ciência da ciência e reflexividade* (2001a), último curso que Bourdieu ministrou já como sociólogo consagrado no Collège de France (Peters, 2017b).

Ao fazer uso das variadas armas de objetivação legadas pela história da ciência social, desde técnicas estatísticas até a investigação



Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.



documental, Bourdieu também aplicava a si próprio suas teses fundamentais: como sucedia com o trato analítico de quaisquer outros agentes, ele só poderia explicar e compreender suas próprias inclinações intelectuais se as apreendesse como moldadas por sua inserção objetiva em *estruturas de posições*, como o espaço das classes e o campo acadêmico, bem como pelas *disposições* incorporadas à sua subjetividade a partir da trajetória socializadora percorrida naqueles espaços estruturais (por exemplo, para dar somente uma ilustração, a clivagem entre sua socialização infantil em meio campesino e suas experiências posteriores em instituições acadêmicas de elite, clivagem interiorizada em seu *habitus* na forma de uma torturada ambivalência em relação ao mundo intelectual [Bourdieu, 2005, p. 98]). De um lado, Bourdieu precisou escrever *Homo academicus* ([1984] 2011) para poder escrever também seu *Esboço de autoanálise* ([2004] 2005), dado que precisava objetivar sociologicamente o campo inteiro de forças e de lutas ao qual estava exposto se quisesse objetivar a si mesmo. De outro lado, na medida em que veio a sublinhar os benefícios científicos e até políticos da “socioanálise”, Bourdieu asseverou que a (auto) objetivação consistia em uma via de mão dupla: se é preciso objetivar todo um mundo social para poder objetivar a si próprio, a objetivação sociológica de si próprio amplia, por seu turno, o alcance analítico da objetivação do mundo social, ao dar ao sujeito objetivante a chance de controlar influências perniciosas oriundas daquele mundo sobre seu próprio trabalho científico. Nesse sentido, por exemplo, foi graças a uma teoria da “*skhole*” como condição particular do universo acadêmico, bastante discrepante de contextos sociais governados pela “urgência da prática”, que Bourdieu se julgou capaz de evitar a “falácia escolástica”,

o erro analítico em que acadêmicos projetam inadvertidamente seus próprios modos de pensar nas subjetividades dos agentes que estudam (por exemplo, quando economistas explicam pelo cálculo racional uma conduta derivada da improvisação prática ou, ainda, quando um intelectual como Sartre supõe que o garçom que o atende em um café pensa à maneira de um filósofo existencialista [Bourdieu, 2001b, p. 189; Peters, 2012, p. 250]).

Pois bem: *Retorno à reflexividade*, pequeno volume com quatro textos editado por Jérôme Bourdieu e Johan Heilbron, é uma oportunidade de reencontrar toda essa constelação de ideias. O primeiro texto, “Epistemologia e sociologia da sociologia” (Bourdieu, 2024, pp. 27-34), é a transcrição da intervenção de Bourdieu em um debate de 1967 sobre o papel da formalização e dos modelos nas ciências humanas. Seguindo a pista da introdução dos editores, é útil situar a fala de Bourdieu na vizinhança temporal de dois de seus escritos: (1) um artigo no qual ele e Passeron sociologizam o pêndulo histórico entre a “filosofia sem sujeito” do objetivismo e a “filosofia (subjetivista) do sujeito” na academia francesa, considerando-as à luz das estruturas posicionais e disputas estratégicas que animavam historicamente tal mundo intelectual (1967); (2) *O ofício do sociólogo* (Bourdieu *et al.*, [1968] 2010), “tratado” epistemológico no qual Bourdieu se junta a Passeron (uma vez mais) e Chamboredon na oferta de sua própria versão de uma filosofia pós-positivista da ciência. Em vez de optar pela acentuação antinaturalista das diferenças entre ciências da natureza e ciências sociais, o pós-positivismo bourdieusiano mostrava o quanto frequentemente os sociólogos que mimetizam um suposto rigor das ciências naturais, como os “metodólogos puros” ou os empiricistas

radicais, possuem uma imagem errônea das condições efetivas de produção destas ciências.

Nesta primeira e nas demais intervenções da coletânea, Bourdieu lembra aos seus ouvintes e leitores que (o)posições epistêmicas são (o)posições sociais em um campo intelectual (2024, p. 28), mas se apressa em dissociar esta tese de uma resignação ao relativismo. Ao contrário, o ensinamento é pré-requisito da objetividade científica na sociologia: ao apreender as posições estruturais nas disputas internas ao campo como condicionantes das “tomadas de posição” nos seus debates, a sociologia da sociologia propicia aos seus praticantes a capacidade de manejar reflexivamente aqueles condicionantes e caminhar, pois, na direção de um conhecimento cuja validade transcende, ao menos parcialmente, seu enraizamento histórico nas competições interessadas de um microcosmo intelectual¹ (Peters, 2017b).

Quanto à “falsa imagem” que o positivismo faz das ciências naturais, Bourdieu dá a entender que ela deriva de um foco lógico-filosófico exclusivo sobre os *resultados* gerados por elas (o “contexto de justificação”, a *ars probandi*, o *opus operatum*), às expensas de seu *processo* efetivo de feitura (o “contexto da descoberta”, a *ars inveniendi*, o *modus operandi*) – um hiato em função do qual aquela imagem se torna, ao mesmo tempo, “grandiosa e aterrorizante”, “mutilada e mutiladora, pavorosa e fascinante” (Bourdieu, 2024, p. 29; 30). Os adjetivos combinados refletem o hiato: o retrato idealizado dos produtos acabados da ciência natural é “grandioso” porque vem “mutilado” das complexidades de suas condições sociais reais de produção. Na ignorância dessa mutilação, entretanto, o efeito do retrato só pode ser o de “apavorar”, “aterrorizar” e, por conseguinte, “mutilar” os próprios cientistas sociais frente ao que tomam erroneamente, com fascínio

intimidado, como uma pintura fidedigna das ciências da natureza.

Juntando-se ao preâmbulo geral desta resenha, o primeiro ensaio mereceu uma discussão mais longa porque resulta de uma breve intervenção oral cuja inteligibilidade depende antes de uma explicitação dos seus fios implícitos do que propriamente de um resumo. Como os demais textos do livro são mais autônomos em sua mensagem, podemos atravessá-los, creio eu, com maior rapidez.

O segundo escrito, “Reflexividade narcísica e reflexividade científica” [1993], poderia haver se chamado “O AntiNarciso”, caso Bourdieu apreciasse intertextos deleuzeo-guattarianos. Movendo sua artilharia crítica contra outras empreitadas reflexivas nas ciências sociais, o sociólogo francês fustiga os erros da “epidemia de reflexividade selvagem” (2024, p. 35) que emergira, nos últimos anos do século XX, como reação exagerada à “ocultação de si próprio” outrora erroneamente pressuposta como critério da objetividade do conhecimento científico-social. Pensada como auto-objetivação, a reflexividade bourdieusiana não é nem descrição da própria experiência vivida (como em certas abordagens fenomenológicas) nem um retrato intuitivo de um *Zeitgeist* (como em Alvin Gouldner), “assim como tem pouco em comum com a ‘reflexividade textual’” de certas formas de escrita antropológica que terminam, segundo Bourdieu, falando mais do/a próprio/a antropólogo/a do que do contexto sociocultural por ele/a etnografado. Em sua orientação “antinarcísica”, a auto-objetivação sociocientífica também não se cinge aos condicionantes estruturais do espaço social mais amplo (por exemplo, classe, raça e gênero), mas também aborda aqueles oriundos do *campo de produção simbólica* no qual o/a pesquisador/a se insere e, por fim, da própria condição “es-

colástica” (ou de “*skhole*”) que possibilita sua existência como produtor/a simbólico/a.

O mesmo esquema tripartite de auto-objetivação sociológica retorna em maior pormenor no capítulo 3: “Projeto de história social das ciências sociais” [1997]. Transcrição editada de um seminário, o texto mostra que o complemento da cartilha bourdieusiana segundo a qual os praticantes das ciências sociais devem refletir sociologicamente sobre o que fazem é o ataque, na ponta reversa, àqueles que refletem sobre as ciências sociais sem, no entanto, efetivamente praticá-las. Mostrando que seu propósito pedagógico é inculcar uma espécie de *habitus*, Bourdieu aproxima seu ensino sociológico de ofícios práticos que vão do “mestre... de uma oficina do *Quattrocento*” a um “treinador de rúgbi” (*Idem*, p. 53) e até a “mestres zen” (p. 70). Em todos os casos, o desafio é transmitir orientações capazes de se *tornar corpo*, isto é, de se converterem em maneiras de fazer. Em contraste com suas intervenções epistemológicas dos anos de 1960, dirigidas contra a inconsciência de um “positivismo... avassalador na época” (p. 65) que pretendia ignorar o sujeito cognoscente, o Bourdieu da década de 1990 agora se insurgia impacientemente contra “o blá-blá-blá epistemológico” (*Ibidem*) – aparentemente outro nome para aquela “epidemia de reflexividade selvagem” que havia, segundo ele, se tornado “o novo ópio do sociólogo” (*Ibidem*).

O último texto da coletânea, “A causa da ciência” (1995), se propõe a explicar, diz seu subtítulo, “como a história social das ciências sociais pode servir ao progresso dessas ciências” (*Idem*, p. 77). O relativo otimismo dessa frase não prefigura o que é, a bem da verdade, um mapeamento crítico dos formidáveis *obstáculos* estruturais e simbólicos à conquista, pelo campo das ciências sociais, de um grau de autono-

mia comparável àquele dos “campos científicos mais ‘puros’, como a matemática” (*Idem*, p. 80). Nestes últimos, “os produtores não têm outros clientes possíveis a não ser seus concorrentes”, o que instaura uma dinâmica institucionalizada de crítica e verificação mútuas que, por uma espécie de “sublimação campal” de interesses privados (isto é, aquisição de capital simbólico no campo) em bens públicos (ou seja, contribuições de valor impessoal ao conhecimento científico como tal), “só conhece e reconhece a ‘força intrínseca da ideia verdadeira’ de que falava... Spinoza” (*Idem*, p. 80). Tal princípio de funcionamento dos campos genuinamente científicos contrasta, conforme Bourdieu, com aqueles nos quais vigora “o princípio político” em sentido lato, o qual inclui o campo político *stricto sensu*, mas também campos como o religioso e o jornalístico: em todos eles, a *força das ideias* depende, se não completamente, pelo menos decisivamente da *força estratégica dos grupos que as defendem*.

A meio caminho entre as versões mais extremas ou puras das lógicas científica e política, o campo das ciências sociais permanece atravessado pelo conflito entre forças favoráveis a uma radicalização de sua *autonomia* e do “princípio científico”, certamente o “time epistêmico” no qual Bourdieu se inclui, e as forças variadas que têm em comum a defesa e/ou a prática de alguma espécie de *heteronomia* – forças que abrigam desde sociólogos que não fazem distinção entre ciência social e comentário político até aqueles cuja agenda é implícita ou explicitamente estabelecida por agências externas ao campo, como tecnocracias governamentais ou movimentos sociais². Mobilizando este esqueleto argumentativo na discussão de uma série de questões, do ocaso da ortodoxia estadunidense outrora estabelecida pelo trio Parsons-Merton-Lazarsfeld até os

desafios da internacionalização das ciências sociais, o Bourdieu deste texto final abraça a “causa da ciência” (*Idem*, p. 94) com um vigor que, longe de haver envelhecido, só se tornou mais *urgente* em nossa era de letais negacionismos anticientíficos.

Os problemas e lacunas que acometiam a obra desse sociólogo genial também reaparecem, é claro, nessa minicoleção de textos. Um exemplo é o tratamento crítico demasiado sumário e frequentemente injusto que Bourdieu empresta a outras perspectivas teóricas, mesmo quando elas fornecem ingredientes intelectuais importantes à sua praxiologia estrutural. Por exemplo, o sociólogo francês escreve que “a grande virtude da experiência do mundo estrangeiro é que ela leva à descoberta” de que as “condições de possibilidade” da “experiência dóxica” não são universais, “ao contrário do que a fenomenologia nos faz acreditar quando universaliza (sem saber)” o “caso particular da relação original do fenomenólogo com sua própria sociedade” (*Idem*, p. 38). A crítica é improcedente. Para começar, abordagens neofenomenológicas anteriores à versão mais acabada da praxiologia bourdieusiana, como a que Berger e Luckmann teceram em *A construção social da realidade* ([1966] 1985), trataram explicitamente daquelas “condições de possibilidade” da experiência dóxica ao ensaiarem uma síntese multidimensional da sociologia clássica, fundada na “dialética” (Marx) entre “objetividade/exterioridade” (Durkheim) e “subjetividade/interioridade” (Weber) no mundo social. Para além deste desenvolvimento interno à fenomenologia, a crítica não se aplica sequer ao alvo explícito mencionado por Bourdieu (2024, p. 38): o próprio Alfred Schütz, que dedicou um texto específico (1944) à questão do “estranho” ou “estrangeiro” no qual se mostra bem ciente de

que a “atitude natural” é uma atitude social, isto é, dependente de uma socialização prévia que oferece, a depender da trajetória biográfica do indivíduo em um ou mais mundos sociais, sua “condição de (im)possibilidade”.

No mais, quando Bourdieu distingue entre usos *cínicos* e usos *clínicos* da sociologia reflexiva (2024, p. 66), não chega a se demorar no potencial exercício de desmistificação dele próprio a que sua perspectiva convida: o que garante que a apresentação de uma proposta de objetivação como clínica em vez de cínica não seja, ela própria, uma manobra cínica de segunda ordem? Ao responder que “o sujeito da reflexividade não é Bourdieu, nem x, y ou z”, mas sim “o campo” (*Idem*, p. 71), Bourdieu mantém-se coerente com sua visão de ciência, porém ao preço de uma incerteza quanto ao *status* de sua própria contribuição: afinal de contas, como ele mesmo argumenta no último texto do livro, o campo das ciências sociais *não possui* suficiente autonomia para levar a cabo esse processo de auto-objetivação. Como poderia ser tal campo, então, o verdadeiro “sujeito da reflexividade”? (Peters, 2017b).

Valiosos em si mesmos, os ensaios coligidos neste livro não chegam a oferecer nem a melhor introdução à concepção bourdieusiana de reflexividade (em comparação, digamos, com os dois primeiros capítulos de *Coisas ditas* [Bourdieu, 1990]) nem sua melhor sistematização (em comparação, digamos, com os três primeiros capítulos de *Meditações pascalianas* [2001b]). O que eles oferecem, no fim das contas, é um retorno da voz do próprio Bourdieu, o encontro com uma versão objetivada de sua incansável subjetividade sociologizante para aqueles que, conscientes do quanto “os mortos agarram os vivos” (“le mort saisit le vif” [Bourdieu, 1989, p. 75]), mantêm em movimento seu legado sociológico. Isso é mais

do que suficiente para justificar a bem-vinda existência deste livro.

Referências Bibliográficas

- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. ([1966] 1985), *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. (1988), *Lições da aula*. São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. (1990), *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. (2001a), *Science de la science et réflexivité*. Paris, Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, Pierre. (2001b), *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. (2001c), *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (2005), *Esboço de autoanálise*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. ([1984] 2011), *Homo Academicus*. Florianópolis, UFSC.
- BOURDIEU, Pierre. (2024), *Retorno à reflexividade*. Edição e introdução de Jérôme Bourdieu e Johan Heilbron. São Paulo, Unesp.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1967), “Sociology and philosophy in France since 1945: Death and resurrection of a philosophy without subject”. *Social Research*, 34 (1): 162-212.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude & CHAMBOREDON, Jean-Claude. ([1968] 2010), *O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, Vozes.
- PETERS, Gabriel. (2012), “O social como céu e inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu”. *Tempo Social*, 24 (1): 229-261.
- PETERS, Gabriel. (2017a), “De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Pierre Bourdieu”. *Tempo Social*, 29 (1): 275-303.
- PETERS, Gabriel. (2017b), “A ciência como sublimação: o desafio da objetividade na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu”. *Sociologias*, 19 (45): 336-369.
- SCHÜTZ, Alfred. (1944), “The stranger: an essay in social psychology”. *American Journal of Sociology*, 49 (6): 499-507.

Notas

1. Eis o sentido condensado na frase aparentemente paradoxal, pronunciada por Bourdieu em sua aula inaugural no Collège de France em 1981, de que “só a história pode nos desvincilar da história” (1988, p. 6).
2. Como argumentei em detalhe em outro texto (Peters, 2017b, pp. 363-366), a defesa bourdieusiana de autonomia científica para a sociologia, mesmo em relação a movimentos sociais cujas causas políticas angariavam (*qua* causas políticas) a simpatia de Bourdieu, não se identificava a qualquer enclausuramento intelectual na proverbial torre de marfim, mas a um modo de intervenção política que, rejeitando a “neutralidade axiológica”, se fundava nas armas da “objetividade científica” (para aludir a uma distinção proposta logo na abertura de *Contrafogos 2* [2001c]).